

A quadrilha e o circo: aspectos linguísticos, discursivos e intertextuais em uma análise comparativa de editoriais de jornal

Renata A. Freitas

*Me. em Lingüística Aplicada pela UNITAU (Universidade de Taubaté)
Professora de línguas estrangeiras modernas nos cursos de Letras e Comunicação
Social das Faculdades Teresa D'Ávila – FATEA – Lorena, SP.*

Resumo

Este artigo apresenta os resultados de uma análise comparativa dos editoriais de dois jornais metropolitanos de grande circulação, publicados na mesma data, tratando do mesmo assunto, o chamado “dossiê” dos gastos palacianos do governo Fernando Henrique, preparado por assessores do governo Lula. O objetivo foi analisar os editoriais sob os pontos de vista linguístico e discursivo, buscando semelhanças e diferenças entre eles quanto ao tratamento do tema, e caracterizar as ocorrências de intertextualidade. A análise dos aspectos discursivo e linguístico teve como base o conceito de gênero discursivo de Bakhtin (1992) resgatado por Charaudeau (2006) e aplicado ao gênero textual editorial, considerando suas condições de produção e sua instância enunciativa. Recorremos também a Melo (1985), Fuser (2002) e Cheida (2002) para comentar a neutralidade ou imparcialidade buscada pelo editorialista ao expressar o ponto de vista da empresa responsável pelo jornal. As ocorrências de intertextualidade foram identificadas e classificadas de acordo com Maia (2006) e Walty e Cury (2005). Para a análise dos provérbios nos fundamentamos nos estudos de Rodrigues (2009), Vellasco (2009) e Sande (2009). Os resultados revelaram semelhanças quanto ao tratamento do tema no plano linguístico, uso da intertextualidade para conferir literariedade ou credibilidade aos textos, atitude crítica aos atos do governo petista por parte das duas empresas e a busca da neutralidade em ambos os editoriais.¹

Palavras-chave

Análise comparativa; gênero textual; discurso.

Abstract

This article presents the results of a comparative analysis of two metropolitan newspaper editorials, published at the same day and concerning to the same subject: the dossier about the governmental expenses of former Brazilian President Cardoso. Its aim was to analyze the editorials under linguistic and discursive points of view, and to identify intertextual references. The discursive and linguistic analysis was based on the conception of discursive genre by Bakhtin (1992) rescued by Charaudeau (2006) and applied to the genre newspaper editorial, considering the conditions in which it is produced and its instance of enunciation. The analysis was also based on the ideas of Melo (1985), Fuser (2002) and Cheida (2002) to comment the neutrality searched by the editorialist when expressing the newspaper opinion. Intertextual references were identified and classified according to Maia (2006) and Walty and Cury (2005). Proverbs analysis was based on the papers of Rodrigues (2009), Vellasco (2009) and Sande (2009). The results showed linguistic similarities, intertextual references to add a literary aspect or credibility to the texts, critics to the ruling government and search for neutrality in both editorials.

Key-words

Comparative analysis; textual genre; discourse.

¹ Este artigo foi apresentado originalmente como trabalho de conclusão da disciplina “A Linguagem da Mídia” do curso de Mestrado em Lingüística Aplicada na Universidade de Taubaté – UNITAU, em junho de 2008, sob a orientação da Profa. Dra. Eliana Vianna Brito. Para esta publicação, sua fundamentação teórica foi atualizada.

1. Introdução

A análise aqui representada refere-se aos editoriais dos jornais Folha de São Paulo e O Estado de São Paulo publicados no dia 22 de maio de 2008. O escândalo político do momento era a divulgação de uma planilha que revelava gastos exorbitantes com artigos de luxo no Palácio do Planalto durante o governo de Fernando Henrique. A planilha, também chamada chamado “dossiê” pela oposição ou “banco de dados” pelos petistas, teria sido preparada para intimidar a oposição tucana em represália às investigações de despesas pessoais do presidente Lula.

De acordo com Bakhtin (1992), todo enunciado, verbal ou escrito, constitui-se em um gênero do discurso. O lugar de onde se enuncia, segundo esse autor, determina o enunciado e integra-se a ele como elemento indispensável a sua constituição semântica. Para esta análise, consideramos o editorial como um gênero textual, que circula em jornais e revistas, abordando temas que envolvem questões sociais, políticas e econômicas, levando em conta também a definição de gênero segundo Charaudeau:

Um gênero é constituído pelo conjunto das características de um objeto e constitui uma classe à qual o objeto pertence. Qualquer outro objeto tendo essas mesmas características integrará a mesma classe. Para os objetos que são textos, trata-se de classe textual ou gênero textual. (CHARAUDEAU, 2006, p. 204).

Para Charaudeau (2006), o editorial é o acontecimento comentado, relatado, enunciado de uma instância interna que revela o engajamento de seu autor com a instituição que representa. Melo (1985), para quem o editorial é o gênero “que expressa a opinião da empresa diante dos fatos de maior repercussão no momento” (p.79), lembra que o editorialista deve buscar um “equilíbrio semântico” em sua argumentação, para não contrariar o princípio de imparcialidade ou neutralidade que deve caracterizar os jornais das metrópoles ou de empresas de grande porte (MELO, 1985, apud FUSER, 2002, p.40).

Nesta análise comentamos o tratamento dado ao mesmo tema por dois grandes jornais da cidade de São Paulo, de ampla circulação na Região Sudeste. Para tanto, observamos a linguagem empregada, o posicionamento do editorialista ao emitir sua opinião, a postura política da instituição, revelada nas entrelinhas apesar de sua aparente neutralidade, e a presença da intertextualidade, bem como sua função em cada um dos textos. A opção pelo gênero editorial se justifica pela riqueza da linguagem que caracteriza o gênero opinativo, o qual comenta o fato por meio de argumentação, no dizer de Charaudeau:

O comentário argumentado impõe uma visão do mundo de ordem explicativa. [...] Problematiza os acontecimentos, constrói hipóteses, desenvolve teses, traz provas, impõe conclusões. Aqui não se é chamado a projetar-se no mundo contado, mas a avaliar, medir, julgar o comentário, para tomar a decisão de aderir ou rejeitar, seguindo a razão. (CHARAUDEAU, 2006, p.176).

Para esta análise dos editoriais publicados nos jornais “O Estado de São Paulo” e “Folha de São Paulo” no dia 22 de maio de 2008 tomamos como referências básicas o conceito de gênero discursivo de Bakhtin (1992) revisitado por Charaudeau (2006) e aplicado ao gênero textual editorial, considerando suas condições de produção e sua instância enunciativa. Recorreremos também a Melo (1985) e Fuser (2002) para comentar a neutralidade ou imparcialidade buscada pelo editorialista ao expressar o ponto de vista da empresa que representa e aos estudos de Rodrigues (2009), Vellasco (2009) e Sande (2009) sobre origens e uso de provérbios ou ditos populares, também presente nos textos analisados. As ocorrências de intertextualidade foram identificadas e classificadas de acordo com a escala de Maia

(2006). Considerando fundamental a interpretação que o receptor faz do texto para o estabelecimento do sentido da mensagem, abordamos a intertextualidade e buscamos atribuir-lhe significados, pois como afirmam Walty e Cury (2005), “o leitor ativa sua biblioteca interna a cada texto lido, estabelecendo nexos relacionais entre o que lê e o que já foi lido”. (p. 2).

2. A imparcialidade diante dos fatos: há imparcialidade diante dos fatos?

O editorial, segundo Charaudeau (2006), realiza-se no campo político e social. A temática política leva o seu autor a produzir um discurso de opinião a partir de uma instância interna que revela seu engajamento com a empresa da qual se faz porta-voz.

O posicionamento do editorialista, para Charaudeau (2006), está longe de ser confortável. A ele é permitido, no máximo, um engajamento pontual. A partir de uma posição distanciada, deve “saber preservar sua razão diante das opiniões tendenciosas” e “manifestar certo ceticismo diante de tal ou qual explicação fácil demais ou partidária demais” (2006, p.183). Por esse motivo, explica o autor, o discurso do comentário jornalístico é marcado por uma argumentação ponderada que busca equilibrar julgamentos e apreciações favoráveis e desfavoráveis. O autor chama a essa busca de equilíbrio de “argumentação em forma de gangorra”, caracterizada pela “recusa em escolher entre os termos de uma alternativa, entre uma opinião e seu contrário”.(p.183), apontando que é justamente nessa busca de equilíbrio entre os dois discursos: o de engajamento moral e o de distanciamento, que o comentário jornalístico encontra sua legitimidade.

Pereira e Rocha (2006) complementam afirmando que a opinião expressa pelo editorial é a do jornal, o que coloca o editorial sob a responsabilidade direta da instituição, não significando, no entanto, que a opinião ali expressada seja a do proprietário da empresa ou de todos os seus funcionários.

Por sua vez, Cheida (2002) comenta que os jornais muitas vezes se submetem às ideologias condicionantes, mercadológicas ou político-governamentais. Para detectar o papel que pretende cada empresa de comunicação na competição pelo poder, esse autor recomenda uma leitura atenta dos editoriais e o acompanhamento da seqüência dos noticiários. Chama a esse procedimento “leitura intercontextual”, que deve considerar o jornal como parte integrante do universo das relações de poder e tentar apreender suas funções e as intenções disfarçadas pela retórica e pelo poder do mercado.

Melo (1985) ainda acrescenta que, “nas sociedades capitalistas, o editorial reflete não exatamente a opinião de seus proprietários nominais, mas o consenso das opiniões que emanam dos diferentes núcleos que participam da propriedade da organização” (p.79).

Pereira e Rocha (2006) retomam Beltrão (1980), para sustentar que é por meio do editorial que o jornal assume sua posição diante dos fatos do cotidiano, pois para Beltrão (1980), o editorial

Tem sempre de tomar partido, pois sua finalidade é aconselhar e dirigir as opiniões dos leitores. Não se pode reservar: tem de decidir-se. O jornal está, por essência, comprometido a dizer em voz alta o que pensa. [...] Está-lhe vedado dar o silêncio por resposta ao interrogatório da atualidade, ou dar uma resposta ambígua. (BELTRÃO, 1980, p.60, apud PEREIRA e ROCHA, 2006, p. 58)

Pereira e Rocha (2006) explicam que o editorial não é assinado por expressar a opinião do jornal, não necessariamente a do editor. E Melo (1985) lembra que o editorial, além de estabelecer um diálogo com o leitor, o estabelece também com o Estado, apontando como as instituições jornalísticas gostariam que fossem tratados os assuntos públicos:

A leitura de editoriais dos jornais diários, por exemplo, inspira-nos à compreensão de que as instituições jornalísticas procuram dizer aos dirigentes do aparelho burocrático do Estado como gostariam de orientar os assuntos públicos. E não se trata de uma atitude voltada para perceber as reivindicações da coletividade e expressá-las a quem de direito. Significa muito mais trabalho de coação ao Estado para a defesa de interesses dos segmentos empresariais e financeiros que representam. (MELO, 1985, p.80).

Para Charaudeau (2006), é o modo discursivo que transforma o acontecimento em notícia, atribuindo-lhe propriedades que dependem do tratamento geral da informação: “Comentar o mundo constitui uma atividade discursiva, complementar ao relato, que consiste em exercer suas faculdades de raciocínio para analisar o porquê e o como dos seres que se acham no mundo e dos fatos que aí se produzem” (2006, p.175).

Charaudeau (2006) identifica três categorias de modos discursivos: relatar, comentar e provocar o acontecimento, classificando o gênero editorial de jornal na categoria acontecimento comentado. Ao analisar a dicotomia relato / comentário, explica que

Não é possível informar se não se pode, ao mesmo tempo, dar garantias sobre a veracidade das informações transmitidas; logo, fazer saber implica, necessariamente, um explicar: o comentário jornalístico é uma atividade estreitamente ligada à descrição do acontecimento para produzir um acontecimento comentado. (CHARAUDEAU, 2006, p.177).

Voltando a Melo (1985), verificamos que os gêneros se estruturam a partir de um referencial exterior à instituição jornalística, a que o autor chama de eclosão dos eventos. Pichelli, Pedro e Carvalho (2006, p. 2) acrescentam que “é a partir dessa eclosão de eventos que jornais e revistas produzem os textos opinativos”. Essas autoras lembram que, por apresentar o ponto de vista da instituição, o editorial tem sua redação afetada por certo protocolo, que inclui o emprego de uma linguagem impessoal, concisão na apresentação dos argumentos, refutação de opiniões opostas e conclusão que enfatiza o ponto de vista apresentado.

Pichelli, Pedro e Carvalho (2006, p. 3) apresentam as características que definem o editorial, de acordo com Beltrão (1980): impessoalidade, topicalidade, condensabilidade e plasticidade, que definimos a seguir:

- Impessoalidade: caracterizada pela ausência de assinatura e pela redação na terceira pessoa do singular ou na primeira do plural.
- Topicalidade: caracterizada pela abordagem de um único tema ou assunto ou questão por editorial; o tema deve ser relevante e estar “presente e vivo no espírito do público”
- Condensabilidade: Para ser lido, o editorial precisa ser claro e breve. Pichelli, Pedro e Carvalho (2006) lembram também que a condensabilidade se refere ao fato de o editorial tratar de uma única idéia, enunciada de um lugar de autoridade, que deve ser repetida e enfatizada.
- Plasticidade: caracterizada pela consciência de que os fatos jornalísticos são transitórios, e de que a opinião expressa pelo jornal não é a última verdade, que suas conclusões são provisórias.

Quanto à tão propagada imparcialidade dos meios de comunicação, veiculada muitas vezes no editorial, Fuser (2002) afirma que encobre a defesa de interesses de determinados segmentos sociais, não permitindo a expressão do ponto de vista da empresa jornalística.

Para Fuser (2002), o jornal usa uma “máscara de imparcialidade”, pois tem um ponto de vista, mas não o expressa abertamente. O autor assinala que a neutralidade na postura política (ou pelo menos a tentativa de neutralidade) é característica dos jornais de metrópoles ou de empresas de grande porte. Melo (1985) também comenta que o editorial, em seu discurso, expressa articulações políticas utilizando um equilíbrio semântico, em busca da neutralidade.

3. A intertextualidade

Walty e Cury (2005) definem intertextualidade como a relação entre textos, e a consideram como inerente à produção humana. As autoras explicam que o texto é um objeto cultural, com existência física que pode ser apontada ou delimitada: um filme, um romance, um anúncio, uma música, são objetos textuais que podem dialogar entre si. Acreditam que a concepção de intertextualidade pode ser associada aos estudos de Bakhtin sobre a polifonia da linguagem, “na medida em que todo discurso é composto de outros discursos, toda fala é habitada por vozes diversas”. (WALTY e CURY, 2005, p.1)

Maia (2006) comenta que, nos estudos de linguística textual, é comum apontar-se entre os fatores constitutivos do texto a referência explícita ou implícita a outros textos, também chamada de diálogo entre os textos, ou *intertextualidade*. A intertextualidade, segundo a autora, está ligada a um conhecimento de mundo compartilhado entre produtor e receptor do texto:

A intertextualidade pressupõe um universo cultural muito amplo e complexo, pois implica a identificação / reconhecimento de remissões a obras ou a textos / trechos mais ou menos conhecidos, além de exigir do interlocutor a capacidade de interpretar a função daquela citação ou alusão em questão.
(MAIA, 2006, p.1)

A autora explica que existem citações muito sutis, literais ou construídas, que só são compartilhadas por um reduzido número de pessoas. Aponta como exemplo as referências utilizadas em textos científicos ou jornalísticos, que remetem a uma forma ou a um conteúdo bastante específico, só percebido por um leitor ou interlocutor muito bem informado e / ou altamente letrado.

Maia (2006) lembra que é importante verificar a função da intertextualidade no texto em que aparece a citação ou alusão. Para essa autora, a intertextualidade tem funções diferentes, dependendo dos textos e contextos em que as referências, lingüísticas ou culturais, estejam inseridas. A função de uma citação pode ser meramente decorativa, segundo a autora, como pode servir para atribuir um caráter mais literário a um texto jornalístico, explicar a escolha de um título, servir como fecho para um texto. Maia (2006) identifica, assim, a citação totalmente desvinculada do texto (como o caso de algumas epígrafes de trabalho científico), a citação que enriquece o texto mas não é imprescindível a sua compreensão, e aquela cujo não-reconhecimento torna impossível a compreensão do texto, atribuindo-lhes os graus zero, cinco e dez em sua escala didática de graus das funções da intertextualidade. Para a autora,

o importante é que não se encare a intertextualidade apenas como a identificação da fonte e, sim, que se procure estudá-la como um enriquecimento da leitura e da produção de textos e, sobretudo, que se tente

mostrar a função da sua presença na construção e no(s) sentido(s) dos textos. (MAIA, 2006, p.3).

Maia (2006) também aponta como um tipo comum de intertextualidade a introdução em textos de provérbios ou ditos populares, que também inspiram confiança, pois costumam conter mensagens reconhecidas como verdadeiras. São aproveitados não só em propaganda mas ainda em variados textos orais ou escritos - literários e não-literários.

4. Os provérbios

[...] o provérbio representa um enunciado limite: o locutor autorizado que o valida, em lugar de ser reconhecido apenas por uma determinada coletividade, tende a coincidir com o conjunto de falantes da língua, estando aí incluído o indivíduo que o profere. Este último toma sua asserção como o eco, a retomada de um número ilimitado de enunciações anteriores do mesmo provérbio. Verdades imemoriais por definição os provérbios, com muita justiça, fazem parte do dicionário de língua. (MAINGUENEAU, 1997, p. 101)

Segundo Moraes (2009), provérbios ou ditados são transmitidos de geração em geração, usados para justificar ações, fundamentar comportamentos ou situações, tanto no cotidiano como na linguagem culta. Suas origens populares não impedem que apresentem um grande valor argumentativo, fundamentado nas múltiplas enunciações anteriores, que fazem dele um discurso de autoridade, proveniente de uma sabedoria anônima incontestada. A pesquisa de Moraes (2009) mostra que no Brasil o provérbio tem como sinônimos: adágio, rifão ou refrão, anexim, dito, ditado e parêmia, que se diferenciam uns dos outros apenas por matizes.

O *Novo Dicionário Aurélio Século XXI* explica que um provérbio é uma "máxima ou sentença de caráter prático e popular, comum a todo um grupo social, expressa em forma sucinta e geralmente rica em imagens". Também são conhecidos como adágios, parêmias, ditados, refrões (p. 1657).

Sande (2008) explica que, além do uso popular, os provérbios são também usados por grandes escritores - José Saramago, segundo a autora, define-os como "fórmulas de sabedoria condensadas, para uso imediato e efeito rápido, como os purgantes" - e caem no gosto dos políticos, que fazem uso deles como objeto de persuasão. Quando alguém cita um provérbio, "as palavras não são suas, mas da comunidade ou do senso que falam por intermédio dele. De fato, a autoridade dos provérbios está arraigada na própria língua." (SANDE, 2008, p.3)

A origem da maioria dos provérbios é desconhecida, porém os estudos sobre eles levam a crer que alguns são resumos de fábulas e lendas que foram transmitidas de pai para filho e repetidas até se fortalecerem e deixaram de serem ideias particulares para se tornarem ensinamentos.

Os provérbios, segundo Moraes (2009), comportam um manancial de informações e trazem a voz de várias gerações anônimas, enunciada milhares de vezes durante o passar dos anos, até se tornar uma verdade irrefutável, o que lhes confere um caráter atemporal e, como tal, são o reflexo de uma sabedoria popular milenar.

Em um mundo no qual a comunicação esvaziou-se de sentido e comunicar pode significar não comunicar, Sande (2008) ressalta também a importância de lançar mão de provérbios nos dias de hoje. A autora afirma que a tagarelice desenfreada dos nossos dias banaliza e satura o ato de falar, e é neste contexto que se faz necessária a reflexão sobre os provérbios, que têm a capacidade de resumir em pouquíssimas palavras tudo aquilo que

queremos dizer e não sabemos como. Sande (2008) cita os provérbios como “fala com qualidade” e explica porque:

Gosto da capacidade que eles têm de terminar uma conversa quando estamos aconselhando alguém ou definindo uma idéia e nos faltam palavras. Gosto da sua concisão, da forma como me permitem ser prática e arrumar de repente um assunto, terminar de uma vez uma discussão citando uma «fórmula de sabedoria» tradicional dá-me uma sensação de poder e de autoridade que mais dificilmente obteria através das minhas próprias palavras. (SANDE, 2008, p. 2)

5. A quadrilha e o circo: análise dos editoriais

5.1. Folha de São Paulo: “Sobrou para o sub” (Anexo 1)

Segundo Maia (2006), a intertextualidade pode dar-se por meio de variados tipos de referências, como provérbios, ditos populares, frases bíblicas, obras ou trechos de obras constantemente citados, literalmente ou modificados, cujo reconhecimento resulta fácil para o interlocutor. No primeiro parágrafo do editorial da Folha, encontramos, no plano linguístico, a intertextualidade com “Quadrilha”, de Carlos Drummond de Andrade:

*“Dilma, que mandava em Erenice,
que mandava em Aparecido,
que mandava em Marcelo,
que não mandava em ninguém”.*

*“João amava Teresa que amava
Raimundo que amava Maria
que amava Joaquim
que amava Lili
que não amava ninguém”.*

A intertextualidade com a obra de Drummond nos permite identificar e classificar o nível da linguagem do editorial desse grande jornal metropolitano e o público a que se dirige: a elite educada, bem informada, com conhecimento literário e ensino superior. O editorialista seguramente espera que seu leitor reconheça, na ciranda com que abre o editorial, os versos de Drummond. Espera ainda mais: que ao reconhecer os versos, o leitor identifique o poema de que fazem parte: “Quadrilha”, sugerindo, além da relação com a forma, uma sutil relação de conteúdo entre o nome do poema e as pessoas que cita na abertura do texto. A escolha dos versos de Drummond para a abertura do editorial parece envolver mais que o empréstimo de estruturas para um jogo de ideias que será desenvolvido a seguir, abrangendo também o não dito, mas implícito: a relação que o autor espera que o leitor faça entre o nome do poema e as pessoas envolvidas no comentário do editorial. Esse tipo de citação, no dizer de Maia (2006), é aquela compartilhada por um pequeno número de pessoas, por remeter “a uma forma e / ou conteúdo bastante específico(s), percebido(s) apenas por um leitor / interlocutor muito bem informado e / ou altamente letrado” (MAIA, 2006, p.1) – o leitor da Folha.

Ao retomar os versos de Drummond, o editorialista mantém o paralelismo sintático original, mas troca o verbo *amava* por *mandava*, ativando o jogo de ideias de passar adiante a responsabilidade sobre os fatos a serem apurados.

Provérbios também foram usados na abertura do editorial. Ainda no primeiro parágrafo, aparece a paráfrase parcial de um antigo provérbio português: “pelo andar da carruagem governista...” O provérbio original, com origem na cultura portuguesa, reza que “pelo andar da carruagem se vê quem vem nela”. O observador deduz e conclui, a partir de seu contexto sociocultural, a origem social de quem vai dentro dessa carruagem.

O provérbio é retomado apenas parcialmente, uso comum que se faz dele nos dias de hoje. No entanto, trata-se da carruagem governista. Carruagem refere-se a um conceito de mobilidade, como a dança da quadrilha. A intenção não está em saber “quem vem nela”, mas em identificar seu andamento, sua marcha, seu possível rumo; e o autor conclui que “pelo andar da carruagem governista”, ou seja, pelo movimento de empurrar para o outro e para baixo a responsabilidade pelos fatos, já se pode prever quem terá que prestar explicações: “o sub do sub do sub.”

No terceiro parágrafo uma vez mais a linguagem popular aparece sustentando as ideias do editorialista. Quando comenta que se “buscou evitar que as chamas da suspeita se propagassem morro acima”, há intertextualidade com o provérbio de origem portuguesa “água de morro abaixo e fogo de morro acima, ninguém segura”, confirmando o que nos diz Sande (2008) sobre a capacidade dos provérbios para resumir o que se quer dizer. O depoimento do ex-secretário teve, portanto, a função de evitar que “as chamas da suspeita se propagassem “morro acima”, ou evitar que o escândalo tomasse proporções incontroláveis, que as suspeitas sobre a origem do documento subissem de maneira descontrolada em direção ao primeiro escalão do governo.

A citação de Drummond confere literariedade ao texto jornalístico, e os provérbios, trazendo a sabedoria popular consagrada pela repetição, reforçam sua credibilidade e constroem a ponte da identificação linguística e cultural entre autor e leitor. Esse tipo de intertextualidade linguística está, de acordo com Maia (2006), ligada ao conteúdo e relacionada ao que Coseriu chama “formas de discurso repetido”, podendo ser classificada como “textemas” ou “unidades de textos”, que compreendem provérbios, ditados populares, citações de vários tipos consagradas pela tradição cultural de uma comunidade. (MAIA, 2006, p. 2).

Quanto às escolhas no campo lexical, o texto apresenta uma relação entre a ação da “quadrilha”, que montou uma “operação” baseada em “informações sigilosas”, movida por “espírito de chantagem”, e busca-se agora a identidade do “mentor do esquema intimidatório”, identificando as ações do governo com atividades do mundo do crime. Escolhas léxicas relacionadas ao campo bélico aparecem quando o autor se refere à “forçatarefa” que produziu o documento com o qual o governo se “armou para uma guerrilha” contra a oposição. A escolha do vocabulário relacionado à combate leva à percepção de que o editorialista é menos imparcial do que gostaria de ser.

Em relação aos recursos ortográficos, o autor usa aspas para destacar o nome que os petistas dão ao documento: “banco de dados”, com sentido irônico, mas não usa essas marcas para destacar o nome mais pesado com que os tucanos batizaram o mesmo documento: dossiê. As aspas aparecem também para destacar e ironizar o responsável pelo esclarecimento dos fatos: “o sub do sub do sub”, denominação criada pelo autor para indicar a (de)gradação do posto ocupado pelo homem que, por azar nessa quadrilha, de dança e de criminosos, “não mandava em ninguém”. Também aparece entre aspas, com clara intenção irônica, a expressão “ex-amigo” para referir-se ao receptor da mensagem.

Contrariando o compromisso com a neutralidade, o posicionamento crítico do editorial às atitudes do governo Lula e a velada simpatia à passada gestão de FHC podem ser verificados no fragmento:

O dossiê, ao mostrar a aquisição pela gestão FHC de artigos luxuosos – algo normal em se tratando de despesas da Presidência – tinha [o] objetivo [...] de avisar a oposição que o Planalto possuía informações privilegiadas, e que as poderia usar a qualquer tempo.

Como lembra Cheida (2002), o discurso ideológico do editorialista reflete a opinião da empresa jornalística que representa. Destacamos o fato de o editorialista considerar, com tanta “naturalidade” (aspas nossas!) que é “normal” que um governo gaste com artigos luxuosos a ponto de a divulgação desses gastos ser comprometedor. No entanto, reconhecemos que, mais do que a opinião do jornal ou da empresa que o veicula, essa é a opinião do povo brasileiro; na nossa sociedade, a passividade e impotência do eleitor diante da farra com o dinheiro público é um traço cultural.

Melo (1985) explica que o editorial estabelece um diálogo com o leitor e com o governo. Ao dialogar com o leitor, exerce influência na formação de sua opinião; ou, o que é mais comum, o editorial está direcionado a um leitor que escolhe aquela publicação porque se identifica com sua linha política. No diálogo com o governo, Melo (1985) afirma que o jornal, por meio do editorial, manda seu recado de como gostaria que o país fosse administrado. E o recado da Folha para os petistas é que cuidem de seus próprios escândalos, porque os gastos do governo tucano com artigos de luxo foi um fato “normal”.

No último parágrafo do editorial analisado, a Folha cobra um depoimento de Erenice Guerra, mas conclui, em uma última metáfora, que a CPI “será enterrada pelos coveiros do governismo sem esse depoimento chave.” Entendemos que o caso será enterrado, mas atentamos para a expressão usada. O coveiro é um dos mais desvalorizados na hierarquia profissional, ao lado dos lixeiros. Estão no pé da pirâmide, mas aí da sociedade se não cumprirem seu papel de enterrar o que está morto antes que apodreça. Os coveiros aos quais se refere o texto são “do governismo”, que também não é governo. Já estão ali instalados para cumprir a função de “enterrar”. O coveiro e o “sub” compartilham, de certa maneira, a subalternidade e a responsabilidade de varrer o lixo para baixo do tapete. Ou enterrar a CPI. Essa conclusão, como explicado por Pichelli, Pedro e Carvalho (2006), reforça o ponto de vista do editorial, além de expressar uma vez mais o já citado conformismo cultural brasileiro.

Fuser (2002) comenta que o editorial, salvo ocasiões específicas, adota sempre uma postura de neutralidade. A Folha não expressa abertamente uma posição favorável ou desfavorável ao governo em gestão, mas fica clara no texto a crítica ácida à “quadrilha do governismo”, esse mais um termo pejorativo usado para descrever o governo Lula, e a simpatia ao governo de FHC, ao endossar-se a idéia de “normalidade” dos gastos palacianos.

5.2. O Estado de São Paulo: “O ‘engano’ expõe a armação” (Anexo 2)

A ironia contesta aquilo que aparentemente representa, mantém a distância entre o que é dito e expresso na obra e o que é pensado pelo seu autor e está implícito nela. E implica sempre a disparidade da forma e do conteúdo e entre estes. (PINHEIRO, 2008).

No editorial de “O Estado de São Paulo”, o destaque vai para a ironia associada ao uso de aspas, cuja função no texto não é apenas a de indicar o discurso direto, mas principalmente de ironizar as palavras dos representantes do governo petista ao tentar explicar seus deslizes.

Mais extenso que o da Folha, o texto tem um aspecto mais didático, pois esclarece a diferença entre banco de dados e dossiê, explica como o habeas-corpus de Nunes Pires pode protegê-lo da prisão e dá detalhes de como a “operação” foi armada. Embora PICHELLI, PEDRO e CARVALHO (2006, p. 4) expliquem que o editorial fala de um tema que está “vivo e presente no espírito” do leitor, tornando dispensável uma longa explicação sobre o assunto, o esclarecimento do editorial expressa a preocupação do jornal com o leitor que “pegou o bonde andando”, ou não acompanhou o caso desde o início. Sem estender-se em muitos detalhes, fornece as informações necessárias para a compreensão e o acompanhamento dos fatos.

Enquanto o editorial da Folha usa com sutileza o recurso da intertextualidade com o poema, a ironia, os provérbios e apenas endurece o discurso quando apela para o campo lexical relacionado ao mundo de guerrilha e do crime, O Estado, já no primeiro parágrafo, classifica abertamente de “criminosos” os atos do governo.

Mais engajado, o editorialista se insere no discurso ao utilizar a segunda pessoa do plural: “fomos surpreendidos” “ficamos sabendo”, dessa maneira materializando-se e estabelecendo sua identificação com o leitor, irmanando-se a ele na condição de cidadão que assiste ao que classifica de pantomimas do governo e se sente afrontado por elas. No editorial da Folha, em nenhum momento o autor se materializa no discurso, assumindo um maior distanciamento em relação ao leitor, sem deixar, no entanto, de defender os interesses desse último.

O texto de O Estado revela uma postura antigovernista mais aberta e incisiva. As diversas expressões destacadas por aspas, a começar pelo “engano” do título, dão o tom de ironia que vai estar presente em todo o texto.

O primeiro parágrafo é rico em exemplos dessa ironia: segundo o editorialista, os petistas surpreendidos na prática de atos considerados criminosos pela opinião pública são, no dizer do Presidente, “companheiros alopados”, que “estavam apenas cometendo erros”. Ainda nesse parágrafo o autor lembra, ironicamente, a “distração” da ex-ministra Matilde Ribeiro ao pagar contas com o cartão corporativo em vez de usar seu cartão pessoal.

No segundo parágrafo o autor explica que, segundo o governo, o “vazador” da planilha eletrônica o fez “por engano”, usando aspas para citação mas deixando perceber sua ironia. O editorialista chega à irônica conclusão de que o repasse da planilha ao assessor tucano pelo secretário petista não foi apenas “sem querer”, mas também “por interferência de forças sobrenaturais”, pois o secretário petista, único que tinha acesso à senha de seu computador, afirma que não foi ele que anexou a planilha à mensagem.

O editorial de O Estado aponta como eufemismo a denominação petista de “banco de dados” ao que o explica ser um dossiê, e utiliza adjetivos fortes em expressões como “atos criminosos,” que desencadearam um “festival de mentiras de segunda classe” apresentado a um “desrespeitado público” como parte de uma “armação” que não será esclarecida por uma “CPI manietada”.

Sua escolha lexical se volta para o mundo do circo. Com a expressão “desrespeitado público” o autor estabelece, segundo Maia (2006), uma intertextualidade de forma, que remete à fala do apresentador de circo, que se dirige, no entanto, a um “respeitável público”. O campo semântico referente a espetáculo se completa com a referência à “deplorável pantomima dos depoimentos” e com a constatação de que “a interrupção do teatro conduz aos seus bastidores”.

No penúltimo parágrafo o editorialista abandona o que Fuser (2002) chama de “máscara de imparcialidade”, ao apontar a queda, por sua vez, da máscara dos governantes:

E é isso que vai engrossar o patrimônio de felonias deste governo cujos condutores em priscas eras desfilavam perante o eleitorado como portadores de uma nova ética política e administrativa – para se revelarem, afinal, mensaleiros, alopados, distraídos, dossieistas.

O uso de termos eruditos em metáforas como “patrimônio de felonias” ou o referir-se a “priscas eras” revela que o editorialista espera de seu leitor nível cultural acima da média, uma vez que pretende compartilhar com ele o significado dessas expressões. A escolha desse léxico revela também uma seleção do leitor. O Estado, como também a Folha, é um jornal dirigido à elite culta e letrada, que se identifica com o jornal.

Ainda em relação ao léxico, o autor mescla os neologismos – “mensaleiros”, “dossiêistas”, com os quais classifica duramente os petistas decaídos do pedestal da ética e da lisura – aos adjetivos usados pelo Presidente para descrever seus assessores: “aloprados”, “distraindo”, a todos costurando com a fina linha da ironia. A palavra “mensaleiros” refere-se a um discurso anterior, o escândalo, recente à época, do “mensalão”, bastante divulgado e comentado pela mídia.

O uso de provérbios é mais raro no texto, aparecendo apenas “ver a verdade em pratos limpos”, na conclusão do texto, no último parágrafo.

O provérbio “colocar em pratos limpos” significa ver um assunto resolvido, esclarecido por completo. E isso o autor não espera que aconteça, “nem por milagre”.

O último parágrafo de ambos os editoriais compartilham a descrença da instituição sobre a devida e necessária prestação de contas do governo à opinião pública, além da referência semântica ao campo da morte: a Folha prevê que a CPI será “enterrada” pelos “coveiros do governismo”, e O Estado dá como certo que os “governistas radicais” não lhe darão “sobrevida”:

“O depoimento de Erenice Guerra era o mínimo que se exigia para tentar chegar ao mentor do esquema intimidatório. Mas a CPI, ao que parece, será *enterrada* pelos *coveiros do governismo* sem esse depoimento chave.” (FOLHA DE SÃO PAULO, 22/05/2008).

“Nem por milagre essa manietada CPI irá ao fundo das coisas. Ela será encerrada em 8 de junho, e não passa pela cabeça de ninguém que os *governistas radicais* que a dominam acederão em lhe dar *sobrevida*.” (O ESTADO DE SÃO PAULO, 22/05/2008).

6. Considerações finais

A retomada deste texto três anos após termos escrito seu original permite-nos acrescentar à análise um olhar histórico sobre os fatos, acompanhando a evolução dos personagens direta ou indiretamente envolvidos na notícia comentada pelos editoriais. Na Quadrilha de Drummond, os personagens tiveram destinos diferentes, nem sempre muito felizes:

*João foi para os Estados Unidos,
Teresa para o convento,
Raimundo morreu de desastre,
Maria ficou para tia,
Joaquim suicidou-se
e Lili casou com J. Pinto Fernandes que não tinha entrado na história.*

Também na dança do governo, os personagens citados ou implicados no caso tiveram diferentes destinos: Dilma passou sua cadeira de Ministra chefe da Casa Civil para Erenice e Lula desocupou, a contragosto, a cadeira de Presidente para cedê-la a Dilma. Erenice envolveu-se em um escândalo de tráfico de influência, Lula nunca soube de nada e Dilma vai levando seu mandato. De Nunes Pires, ninguém nunca mais falou.

A abordagem dos aspectos linguísticos nesta análise incluiu a intertextualidade, o uso de provérbios, a escolha do léxico e a busca da neutralidade tentada pelo editorialista que, como lembra Charaudeau (2006), está longe de sentir-se em uma posição confortável, dividido entre sua própria opinião e o lugar de onde enuncia – é o enunciador da opinião da empresa, e esse lugar determina seu enunciado e está intimamente ligado a ele (BAKHTIN,1992).

Segundo Mainguenu (1997), o locutor pode valer-se de um metadiscorso para construir sua imagem. Esse metadiscorso será diferenciado de acordo com a intenção do locutor ou a pessoa a quem se dirige, sendo uma de suas possibilidades a de parecer erudito. Podemos afirmar que as escolhas lingüísticas nos textos analisados confirmam o que aponta esse autor em relação aos metadiscursos. A escolha do vocabulário, mais elaborada no texto d'O Estado, revela que o autor pressupõe elevado nível de escolaridade e letramento de seu leitor, por isso permite-se usar termos eruditos; mas ao mesmo tempo, constrói para si uma imagem de erudito.

Ao apontar a ironia no texto, consideramos, segundo Maingueneau (1997) que esta é “um gesto dirigido a um destinatário, não uma atividade lúdica, desinteressada.” “A ironia é um fenômeno sutil, passível de análises divergentes e cuja extensão é difícil de circunscrever, por menos que nos afastemos de exemplos simples. [...] preferimos insistir na *função* da ironia.” (MAINGUENEAU, 1997).

A intertextualidade se deu sobretudo por meio de provérbios e do poema de Drummond. Algumas são citações literais, no caso do poema e de alguns provérbios, outras são parafraseadas. No caso do poema, o autor não declara seu título, mas supõe que o leitor chegará a ele, configurando o tipo de citação que, como refere Maia (2006), só é percebida por um leitor ou interlocutor muito bem informado ou altamente letrado. A citação do poema, além disso, confere um toque elitizado ao texto.

Os provérbios são mais usados no editorial da Folha, mas estão presentes em ambos os textos, conferindo-lhes a credibilidade da sabedoria popular ou sustentando argumentos.

A análise comparativa dos editoriais desses dois jornais metropolitanos de ampla circulação, dirigidos a um público que representa a elite cultural da maior metrópole brasileira, revelou que ambas as instituições utilizam seus editoriais para veicular sua opinião por meio de uma linguagem impessoal, culta, marcada pela intertextualidade formal e de conteúdo, dialogando às vezes com ditados populares, às vezes com referências literárias, seja para conferir ao texto credibilidade, seja para dar-lhe um toque de erudição. Em ambos os casos, o editorialista tem em mente o nível sociocultural do leitor com quem dialoga, e a certeza de compartilhar com ele suas referências e significados; busca a imparcialidade, mas revela-se ao construir sua imagem por meio de seu metadiscorso, por suas escolhas lingüísticas.

O discurso dos editoriais se fez, como preconizam Melo (1985) e Charaudeau (2006), por meio da busca de um equilíbrio semântico em sua argumentação, buscando o editorialista manter sua imparcialidade e distanciamento em relação ao fato que comenta, sendo que no editorial do Estado o autor se fez mais presente ao usar a segunda pessoa do singular em sua conversa com o leitor.

Ideologicamente, as duas empresas compartilham a mesma postura de crítica e descrença no governo do PT.

Referências

BAKHTIN, Mikhail. **Estética da criação verbal**. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

CHARAUDEAU, Patrick. **Discurso das mídias**. São Paulo: Contexto, 2006.

CHEIDA, Marcel J. **A questão ética do jornalismo e a leitura crítica dos jornais nas escolas**. In: GHILARDI, M. I.; BARZOTTO, V. H. (Org.). *Nas telas da mídia*. Campinas: Alínea, 2002.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Novo Aurélio Século XXI: o dicionário da língua portuguesa*. 3.ed. rev. e amp. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

FUSER, Bruno. **Correio Popular: uma leitura do poder**. In: GHILARDI, M. I.; BARZOTTO, V. H. (Org.). *Nas telas da mídia*. Campinas: Alínea, 2002.

MAIA, Maria C. de M.(2005). **Intertextualidade**. Disponível em:
<<http://acd.ufrj.br/~pead/tema02/intertextualidade2.htm> > Acesso em 20 jul. 2008.

MAINGUENEAU, Dominique. **Novas Tendências em Análise do Discurso**. Campinas: Pontes, 1997.

MELO, José. M. de. **A opinião no jornalismo brasileiro**. Petrópolis: Vozes, 1985.

MORA, Consuelo. **Los proverbios: manantial de cultura y sabiduría**. (TESE). Biblioteca Digital de Ciência e Técnica, 2006. Disponível em:
<<http://biblioteca.idict.villaclara.cu/UserFiles/File/revista>>. Acesso em 22 abr. 2009.

PEREIRA, Rosemary; ROCHA, Thaís. (2006). **Discurso midiático**. Disponível em:
<<http://www.bocc.ubi.pt/pag/pereira-rose-mary-rocha-thais-discurso-midiatico.pdf>>. Acesso em 20 jul. 2008.

PICHELLI, Kátia R.; PEDRO, Margarete; CARVALHO, Marcelle de A. (2006). **O discurso de formação da opinião pública: análise dos editoriais sobre as denúncias do “Mensalão” nas revistas Veja e Carta Capital**. Disponível em:
<http://www.unirevista.unisinos.br/_pdf/UNIrev_Pichelli.PDF> Acesso em 19 jul.2008.

SANDE, Paula Morgado. **O que o provérbio diz, o que o provérbio sabe, o que o provérbio ensina**. Disponível em: <<http://www.ielt.org/pagina/artigos>>. Acesso em 10. jul. 2009.

VELLASCO, Ana Maria M. S. **Coletânea de Provérbios e Outras Expressões Populares Brasileiras**. 1996.
Disponível em: <<http://www.deproverbio.com/DPbooks/VELLASCO/INTRODUCAO.html>>. Acesso em 03 maio 2009.

WALTY, Ivete L. C.; CURY, Maria Z. F. **“Intertextualidade”, E-Dicionário de Termos Literários**, coord. De Carlos Ceia, ISBN: 989-20-0088-9.
Disponível em: <<http://www.fcsh.unl.pt/edtl>>. Acesso em 23. jul. 2008.

Anexo 1

Editorial

Folha de S. Paulo 22/5/2008

Sobrou para o sub

DILMA, que mandava em Erenice, que mandava em Aparecido, que mandava em Marcelo, que não mandava em ninguém. Pior para Marcelo. Pelo andar da carruagem governista, Marcelo Veloso, em terminologia presidencial "o sub do sub do sub" na Casa Civil, é quem vai ter de explicar o dossiê com gastos palacianos de FHC.

Isso é o que se depreende do emaranhado narrativo produzido na CPI dos Cartões por José Aparecido Nunes Pires, o funcionário da Casa Civil que enviou mensagem eletrônica com o dossiê a um assessor do senador tucano Álvaro Dias. Nunes Pires diz que recebeu o arquivo de Veloso, subalterno cedido para a força-tarefa que produzia o "banco de dados" sobre despesas presidenciais da gestão tucana.

O depoimento do ex-secretário de Controle Interno buscou evitar que as chamadas da suspeita se propagassem morro acima. José Aparecido afirma que não tratou do tema nem com Dilma Rousseff nem com Erenice Guerra, braço-direito da ministra. Recebeu a planilha de seu subalterno e a repassou por engano, diz a quem queira acreditar, a seu "ex-amigo" André Fernandes, funcionário do senador do PSDB.

Futricas de servidores de terceiro escalão à parte, o que restou de relevante dos depoimentos de Nunes Pires e de Fernandes já era conhecido. O governo petista, temendo o desgaste da possível revelação de despesas pessoais do presidente Lula, se armou para uma guerrilha contra a oposição em torno das compras palacianas.

O dossiê, ao mostrar a aquisição pela gestão FHC de artigos luxuosos -algo normal em se tratando de despesas da Presidência-, tinha objetivo dissuasório. Avisar a oposição de que o Planalto possuía informações privilegiadas, e que as poderia usar a qualquer tempo, viria a calhar para a intenção do governo.

O "banco de dados" foi uma operação política, baseada em informações às quais apenas o governo Lula tinha acesso e motivada pelo espírito da chantagem. O depoimento de Erenice Guerra era o mínimo que se exigia para tentar chegar ao mentor do esquema intimidatório. Mas a CPI, ao que parece, será enterrada pelos coveiros do governismo sem esse depoimento-chave.

Anexo 2

Editorial

O Estado de S. Paulo 22/05 2008

O "engano" expõe a armação

Depois que o presidente da República recorreu à palavra "aloprados" para explicar que seus "companheiros", flagrados na prática de atos que a opinião pública denunciava como criminosos, estavam apenas cometendo "erros", pensou-se que a imaginação dos que cuidam de preservar a imagem do governo estivesse esgotada. Mas fomos surpreendidos, no início da novela dos cartões, com a "distração" da ex-ministra Matilde Ribeiro, que usou seu cartão corporativo quando deveria ter usado o seu cartão pessoal.

Agora, ficamos sabendo pelo depoimento do ex-secretário de Controle Interno da Casa Civil José Aparecido Nunes Pires, à Polícia Federal, que foi ele o "vazador" da planilha eletrônica confeccionada naquele órgão de cúpula do Planalto, e que fez isso não apenas "por engano", mas também por interferência de forças sobrenaturais, uma vez que a planilha estava no seu computador, cuja senha só ele conhece, mas não foi ele que a anexou à mensagem enviada a André Fernandes.

Felizmente, foi suspensa ontem a deplorável pantomima dos depoimentos à CPI dos Cartões Corporativos do remetente e do destinatário de cópia do dossiê contendo uma seleta, escolhida a dedo, de gastos palacianos no governo Fernando Henrique. Só na próxima semana o desrespeitado público correrá o risco de ser submetido a uma nova sessão do festival de mentiras de segunda classe protagonizado anteontem pelo ex-secretário José Aparecido Nunes Pires.

A interrupção do teatro conduz aos seus bastidores. Ontem pela manhã a CPI deveria votar o pedido de acareação entre Aparecido e o assessor parlamentar André Fernandes, que trabalha para o senador Álvaro Dias, do PSDB. Embora ninguém apostasse que a maioria governista da comissão deixaria a acareação acontecer, esperava-se pelo menos a votação do requerimento, em homenagem às aparências. Mas nem sequer houve quórum para qualquer decisão. De todo modo, qual a serventia de um face a face entre os dois? "É inútil", comentou Fernandes. "Ele (Aparecido) tem um habeas-corpus" (concedido pelo STF, para que pudesse mentir ou calar no seu depoimento à CPI, sem o risco de receber voz de prisão). "Vai dizer pepino e eu vou dizer chuchu e vai ficar por isso."

Segundo o assessor parlamentar, num almoço entre eles depois do envio do dossiê, presentes dois outros comensais, Aparecido disse que partiu de Erenice Guerra, a secretária-executiva da Casa Civil e braço direito da ministra Dilma Rousseff, a ordem para o fabrico do dossiê. Disse ainda, conforme Fernandes, que Erenice determinou que dois funcionários de cada secretaria da Pasta participassem do que seria, eufemisticamente, a preparação de um "banco de dados" para uso da CPI (que àquela altura nem existia). Aparecido, como era de esperar, negou. Mas, no seu depoimento, distraído, ele deixou escapar que recebeu a planilha de um subordinado, "sem querer" a enviou a Fernandes - e sem mudar uma vírgula do seu conteúdo.

Com isso, o fato de Aparecido ter tido o cuidado de poupar de qualquer malfeito tanto Erenice quanto Dilma se tornou uma gritante irrelevância. "Vê-se claramente que se pinçaram dados", concluiu o deputado Carlos Sampaio, do PSDB, integrante da CPI. "Banco de dados pressupõe informações genéricas. Dossiê pressupõe informações pinçadas." Referem-se, nas suas palavras, a "gastos esdrúxulos". Complementou Fernandes: "Um banco de dados teria compras normais de arroz, feijão." Isso é o que conta - e não a enredada história das relações entre quem disparou e quem recebeu o e-mail com o arquivo da intimidação. E é isso que vai engrossar o patrimônio de felonias deste governo cujos condutores em priscas eras desfilavam perante o eleitorado como portadores de uma nova ética política e administrativa - para se revelarem, afinal, mensaleiros, aloprados, distraídos, "dossiêistas".

Daí não se segue necessariamente que os mandantes de mais essa armação terão de prestar contas de suas decisões. Nem por milagre essa manietada CPI irá ao fundo das coisas. Ela será encerrada em 8 de junho, e não passa pela cabeça de ninguém que os "governistas radicais" que a dominam acederão em lhe dar sobrevida. A única esperança da oposição - e, mais do que isso, da opinião pública desejava de ver a verdade em pratos limpos - é o inquérito em curso na Polícia Federal.

